

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.741 - RS (2019/0112596-4)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : ANA AMÉLIA PIUCO
ADVOGADO : SÉRGIO MACHADO CEZIMBRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS048091
AGRAVANTE : LEDA BORTOLINI
ADVOGADOS : SÉRGIO MACHADO CEZIMBRA - RS048091
PAULO CÉZAR PIZZOLOTTO - RS047572
ANA AMÉLIA PIUCO - RS048122
MÁRCIO SEQUEIRA DA SILVA - RS048034
AGRAVANTE : MÁRCIO SEQUEIRA DA SILVA
AGRAVANTE : PAULO CEZAR PIZZOLOTTO
AGRAVANTE : SÉRGIO MACHADO CEZIMBRA
ADVOGADO : SÉRGIO MACHADO CEZIMBRA - RS048091
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. SÚMULA Nº 284/STF. COISA JULGADA. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por ANA AMÉLIA PIUCO e OUTRA em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

AÇÃO RESCISÓRIA. SERVIDOR PÚBLICO. PROMOÇÃO RETROATIVA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. OFENSA À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. A alegação de ofensa à coisa julgada, conforme inciso IV do art. 966 do CPC, não restou configurada na hipótese, já que a fundamentação do acórdão rescindendo esclarece que houve o reconhecimento, na sentença da ação de cobrança, da prescrição das parcelas vencidas até o quinquênio anterior à propositura da demanda. JULGARAM IMPROCEDENTE A AÇÃO RESCISÓRIA.

No especial, alega-se que

a ação rescisória teve por objeto a violação à coisa julgada pela sentença rescindenda, tendo em vista que o dispositivo determinara o pagamento da condenação até 15/10/1997, ainda que tenha feito alusão à prescrição quinquenal na fundamentação.

Isso porque o art. 504, I, do Código de Processo Civil, dispõe que não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença. Dessa forma, deve prevalecer o disposto no dispositivo da sentença, o que não foi observado.

O acórdão da ação rescisória manteve a sentença de Primeiro Grau.

Opostos embargos de declaração, para suscitar manifestação expressa quanto ao disposto no art. 504, do Código de Processo Civil, não foi suprida a omissão, incorrendo o Juízo de origem em violação ao art. 489, § 1º, IV, combinado com o art. 1.022, parágrafo único, II, do CPC.

O art. 489, § 1º, IV, do CPC, dispõe que não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que [...] não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador .

O legislador, ao incluir tal dispositivo na lei processual, tinha em mira o direito das partes ao efetivo contraditório e ao direito de influenciar a decisão judicial [...]

Era imprescindível o enfrentamento, pelo Órgão julgador *a quo*, do disposto no art. 504, do CPC, o que não ocorreu, mantendo-se a omissão apontada. Necessária a cassação da sentença, a fim de que os autos retornem à Corte de origem [...].

Consoante se extrai do art. 504, I, do CPC, não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença .

Conclui-se, dessa forma, que é a parte dispositiva da sentença que transita em julgado e que, consequentemente, gera efeitos entre as partes que compuseram a relação processual. No caso dos autos, embora o dispositivo tenha determinado o pagamento das diferenças a contar de 1997, o recorrido não opôs embargos de declaração ou recurso cabível, tendo, portanto, transitado em julgado a decisão.

A sentença rescindenda e, da mesma forma, o acórdão da ação rescisória, ao admitir a inclusão dos motivos no dispositivo da sentença, os quais não fazem coisa julgada, afrontou previsão legal expressa, negando vigência ao art. 504, I, do Código de Processo Civil.

Após juízo negativo de admissibilidade, sobreveio o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Não se conhece de alegada negativa de prestação jurisdicional quando as alegações que fundamentaram a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros no acórdão proferido pela Corte *a quo*. Atraída a incidência da Súmula nº 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Sobre a controvérsia, está nos autos:

a presente ação rescisória tem como fundamento o inciso IV do referido art. 966, que diz respeito à possibilidade de rescisão de decisão de mérito quando esta ofender a coisa julgada.

Do cotejo dos documentos que instruem a petição inicial verifica-se que a parte autora ajuizou ação de cobrança de nº 001/1.05.2456357-1 em face do

Estado, requerendo a condenação do ente público ao pagamento da promoção à classe B, por merecimento, concedida em 02 de maio de 2002, com efeito retro-operante a partir de 15 de outubro de 1997, conforme publicação do Diário Oficial do Estado.

A sentença de fls. 55-59 esclareceu, no mérito, que estariam atingidas pela prescrição apenas as parcelas vencidas até o quinquênio anterior à propositura da demanda. Tal ressalva não constou no dispositivo, no entanto. Em execução de sentença o Estado alegou haver excesso de cálculo, já que lançadas parcelas desde 15 de outubro de 1997, argumentando que deveria ser respeitada a prescrição quinquenal, sobrevivendo a seguinte decisão:

Trata-se de impugnação apresentada pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL sob a alegação de que há excesso no cálculo da presente demanda, visto que há parcelas lançadas desde 15 de outubro de 1997, quando o correto seria 07 de dezembro de 2000, sendo as parcelas anteriores a essa data passíveis de prescrição, conforme a sentença proferida. A exequente manifestou-se discordando das alegações do executado. No tocante à alegação de prescrição das parcelas anteriores a 07 de dezembro de 2000, esta merece prosperar. Alega o executado a incidência de prescrição quinquenal, pois as parcelas anteriores aos últimos cinco anos da propositura da ação, que se deu em 07 de dezembro de 2005, estariam atingidas por tal. Alegação esta que merece acolhimento. Há de se observar que o argumento utilizado pela parte autora, de que a data de vigência da pretensão teria se configurado com a promoção de ato administrativo, publicado em 02 de maio de 2002, não é válido, pois somente é possível considerar a prescrição quinquenal àquelas parcelas vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, conforme disposição da Súmula de número 85, do STJ. Neste Sentido:

Ementa: REEXAME NECESSÁRIO. POLÍTICA SALARIAL. REAJUSTE DOS VENCIMENTOS. LEI ESTADUAL N.º 10.395/95. PARCELA AUTONOMA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO NÃO OCORRIDA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. DECRETO N.º 20.910/32. SÚMULA N.º 85 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. -A prescrição incidente à espécie é a quinquenal, disciplinada pelo Decreto nº 20.910/32, abarcando tão-somente as parcelas mensais vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

Inteligência dos artigos 1º e 3º, do Decreto nº 20.910/32 em consonância com o enunciado da Súmula n.º 85, do STJ. -À parcela autônoma, devida ao Magistério Público, instituída pela Lei 9.934/93 e redefinida, em valores, pela Lei 10.128/94, pelo que dispõe o artigo 20 da Lei 10.395/95, têm incidência os reajustes previstos no artigo 8º desta mesma Lei. -Sentença mantida, em reexame necessário. (Reexame Necessário Nº 70058168998, Vigésima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator:

Leila Vani Pandolfo Machado, Julgado em 23/04/2014). Dessa feita, ACOLHO a impugnação oferecida pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nos termos da fundamentação acima. Dessa

feita, remetam-se os autos à Contadoria para o fim de retificar o cálculo.

No retorno, dê-se vista às partes e, existindo concordância, expeçam-se as respectivas ordens de pagamento. Intimem-se. Dil.

Legais.

De tal decisão, a parte interpôs agravo de instrumento (fls. 115-123), o qual foi julgado improcedente, reiterando o relator que a sentença analisou expressamente a questão atinente à prescrição quinquenal (fls. 135-142), cuja ementa restou assim redigida:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. PROMOÇÃO RETROATIVA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL EXPRESSAMENTE RECONHECIDA NA SENTENÇA. EXCESSO CONFIGURADO. A omissão da ressalva das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal no dispositivo da sentença que deu origem a execução constitui, a toda evidência, mero erro material, incapaz de afastar a sua incidência, na medida em que na fundamentação restou reconhecida expressamente a prescrição das parcelas vendidas mais de cinco anos do ajuizamento da ação, conforme disposto no Súmula nº 85 do STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

(Agravo de Instrumento Nº 70062132162, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Uhlein, Julgado em 25/03/2015)

Na presente ação rescisória, a autora alega ofensa à coisa julgada perfectibilizada na sentença da ação de conhecimento, já que acolhida a alegação de prescrição quinquenal oferecida pelo Estado, em sede de execução, tanto pelo magistrado, quanto em grau recursal.

Tenho que não merece guarida a pretensão da parte.

Como visto, a prescrição quinquenal foi devidamente analisada na sentença promulgada na ação de cobrança (fls. 55-58), cujo excerto vale a transcrição:

Da preliminar de mérito – prescrição - O demandado suscita a prescrição. Contudo, não correu a prescrição no caso em tela, ao menos a de fundo do direito. Contudo, incidente a prescrição quinquenal, pois somente são atingidas as parcelas anteriores aos últimos cinco anos da propositura da ação, conforme disposição na Súmula de nº. 85, do STJ, que diz: “Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação”. [...]

E não se diga que o prazo prescricional deva ter início com a publicação do ato que promoveu a parte autora, contemplando período pretérito, pois esse raciocínio, “data vênica”, é equívoco, haja vista que o servidor desde muito antes exercia cargo ascendente, para o qual mais tarde veio a ser formalmente promovido com efeitos retroativos. Assim, destarte, desde o momento que o servidor passou a desempenhar cargo diverso, modo efetivo, sem a remuneração correspondente, nasce o seu direito de ação. A publicação no D.O. apenas exterioriza o reconhecimento do Estado- devedor, aguardando o exclusivo caráter

publicístico. O marco interruptivo da prescrição, reafirmo, é o tismado no art. 7º do Decreto nº 20.910/32, contado do ajuizamento da causa, modo retroativo, posto que a inércia da parte não pode ser fator de privilégio ou benefício, mas prejuízo – “dormientibus non succurrit”.

Portanto, afasto a preliminar de prescrição do fundo de direito, sendo atingidas apenas as parcelas vencidas até o quinquênio anterior à propositura da presente demanda, haja vista que o direito pleiteado na demanda – pagamento de atrasados de diferença de vencimentos decorrentes de promoção com efeito retroativo.

A parte autora reitera que no dispositivo do decisum constou que a condenação do demandado deveria se dar a contar de 15/10/1997, conforme publicação no Diário Oficial de 02/05/2002, de modo que inexistente a prescrição no caso dos autos, e por isso a ofensa à coisa julgada quando reconhecida a prescrição intercorrente na execução.

No entanto, em que pese não haja ressalva no dispositivo a respeito da prescrição quinquenal das parcelas devidas, tal representa mero erro material, como bem analisado pelo e. Des. Eduardo Ulhein quando da apreciação do agravo de instrumento interposto pela autora, acórdão que, agora, pretende rescindir, vejamos:

(...) Ademais, embora a prescrição não tenha sido ressalvada no dispositivo da sentença, tal omissão configura-se, em verdade, mero erro material, pois a fundamentação do julgado é inequívoca no sentido de acolher a preliminar de prescrição argüida pelo ente público relativamente às parcelas vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da demanda.

É evidente, e vale destacar, que o dispositivo da sentença, e só ele, se se tratar de decisão de mérito, fará coisa julgada material, contudo, não se pode olvidar que o dispositivo deve decorrer necessariamente das questões enfrentadas e resolvidas ao longo da fundamentação, de forma a encerrar ou concluir as premissas lançadas, aplicando a regra abstrata de direito ao caso concreto.

Como decorre do art. 463, I, do CPC, o julgador pode, mesmo depois de transitada em julgado a sentença, de ofício ou a requerimento da parte ou interessado, corrigir as inexatidões materiais de que a decisão padece, de forma a priorizar a finalidade do ato em detrimento do rigor formal. A correção do erro material constitui mister inerente à função jurisdicional.

Sobre erro material, não é demais citar a lição de Eduardo Talamini 3 :

[...] aptidão de ser constatável e corrigível objetivamente também peculiariza as demais hipóteses de erro material: escreve-se 'procedente' no lugar de 'improcedente', depois de toda uma inequívoca fundamentação pela improcedência, julga-se integralmente procedente a ação e condena-se o 'autor' em verbas de sucumbência, sem que nenhuma fundamentação (ainda que errada) seja trazida na sentença para isso - o que, racionalmente, significa que era ali estar grafado 'réu', etc.

Em todas essas hipóteses de erro material, desconsidera-se a coisa julgada. Ela se torna verdadeiramente 'transporte', porque se constata de modo seguro, objetivo e inequívoco que a sentença não

constitui adequada expressão da função jurisdicional.

Nesse cenário, a decisão hostilizada afigura-se afinada com o contido à expensas no título judicial, que ali explicitamente reconheceu a prescrição das parcelas vencidas mais de cinco anos antes do ajuizamento da ação e, ainda com o disposto na Súmula 85 do STJ.

Por isso, a alegação de ofensa à coisa julgada não resta configurada na hipótese, já que a fundamentação do acórdão esclarece que houve o reconhecimento, na sentença da ação de cobrança, da prescrição das parcelas vencidas até o quinquênio anterior à propositura da demanda.

A resolução da querela – tal como proposta pela parte que recorre, torna imprescindível a incursão no universo fático-probatório. Para aferir a existência de coisa julgada é preciso realizar o cotejo de seus elementos configuradores entre a presente ação e a ação anteriormente intentada, trazida aos presentes autos como prova. Não obstante, a revisão de provas é vedada a este Superior Tribunal de Justiça, que não pode atuar como terceira instância revisora ou tribunal de apelação reiterada, a teor do verbete da Súmula nº 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". A respeito do tema:

"A modificação da conclusão do julgado do Tribunal de origem - que entendeu configurada a litispendência e coisa julgada - exige a análise minuciosa dos elementos configuradores da litispendência entre ações (identidade de partes, de causa de pedir e do pedido), o que demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, uma vez que o conteúdo dos provimentos judiciais ordinários não nos permitem conhecer todas as características dessas ações. Incidência da Súmula 7/STJ." (REsp 1347280/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 07/02/2014).

"O cotejo das premissas fáticas assumidas pelo acórdão (comparação das demandas) e jurídicas (reconhecimento de litispendência quando as causas objetivam o mesmo resultado prático) remete à aplicação da Súmula 7/STJ, por se tratar de hipótese de identidade de partes, causa de pedir e pedido verificada pelas instâncias ordinárias, em observância às pretensões deduzidas no mandado de segurança e na ação ordinária (demandas que, no apelo nobre, figuram como prova)." (AgRg no REsp 1232975/AM, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 03/02/2014).

"A modificação da conclusão do acórdão recorrido quanto a inexistência de coisa julgada demanda inafastável reexame do contexto fático, promovendo comparação entre ações diversas e cujas alegações, ao fim e ao cabo, não foram capazes de convencer a Corte de origem, menos ainda será nesta instância especial, sob pena de transformar o STJ em terceira instância recursal ou tribunal de apelação reiterada. Incidência da Súmula 7/STJ" (AgRg no AREsp 351.231/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2013, DJe 14/10/2013).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253,

parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

